

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0811491-15.2023.8.10.0000 Paciente: GERARDO  
RODRIGUES DA SILVA Impetrante: FABIO MARCELO MARITAN ABBONDANZA (OAB-MA nº  
7.630) Impetrado: JUÍZO DA VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS  
Relator: DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS.  
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. NEGATIVA DO DIREITO DE  
RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. TÉCNICA PER RELATIONEM.  
NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO ERGÁSTULO CAUTELAR EVIDENCIADA. EXCESSO DE  
PRAZO. NÃO CONFIGURADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM  
CONHECIDA E DENEGADA. I. Em vista da natureza excepcional da prisão  
preventiva, somente se verifica a possibilidade de sua imposição ou  
manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados  
concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código  
de Processo Penal. II. No caso em exame, a custódia cautelar do paciente  
foi adequadamente decretada na fase inicial da ação penal como forma de  
salvaguardar a ordem pública e coibir a reiteração delitiva (art. 312,  
CPP). Destacou-se, na origem, a gravidade concreta tanto do crime de  
organização criminosa quanto da extorsão mediante sequestro, dado o modus  
operandi empregado, restando ultrapassado, em muito, a mera gravidade  
genérica do tipo penal incriminador, além da notícia de possível  
envolvimento do acusado em outros delitos semelhantes no Estado. III.  
Posteriormente, ao condenar o denunciado à reprimenda de 15 (quinze) anos,  
11 (onze) meses e 14 (catorze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime  
inicialmente fechado, o juízo impetrado, também de forma escorreita,  
utilizando de fundamentação per relationem, negou-lhe o direito de  
recorrer em liberdade, porquanto inalterados os motivos autorizadores da  
decretação da prisão cautelar. IV. Mantidos os fundamentos que  
justificaram a decretação da prisão cautelar, como pontuado expressamente  
pelo juízo a quo, inexistente ilegalidade na sentença que não concedeu ao  
paciente o direito de recorrer em liberdade, mormente porque o mesmo  
permaneceu preso durante toda instrução processual e, de fato, permanecem  
preenchidos os pressupostos legais do art. 312 do CPP. V. Ademais, não se  
constata a existência de morosidade flagrante, tampouco desídia na  
prestação jurisdicional ou mesmo no processamento da apelação a configurar  
indevido excesso de prazo, merecendo registro que, não obstante o paciente  
esteja preso cautelarmente desde 23/09/2021, a sentença condenatória fora  
prolatada em 13/04/2023 e o recurso interposto em 19/04/2023, com  
posterior recebimento em 02/05/2023, portanto, há menos de 60 (sessenta)  
dias. VI. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema.  
GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim  
0811491-15.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS  
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 10/07/2023)